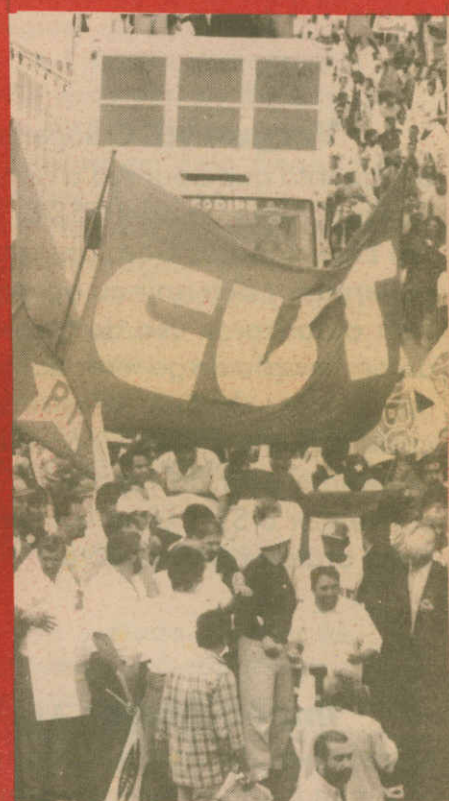
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano II nº 43
3/10/97 a 16/10/1997
Contribuição R$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

Lindberg no PSTU

Veja nas páginas 6 e 7 a entrevista onde o deputado federal e principal líder da luta pelo Fora Collor, conta porque rompeu com o PCdoB.

Todos às ruas contra a Reforma da Previdência

Fora burgueses da frente:

Lula presidente com um vice do MST!

C U R T A S

Vale-tudo. O governo anunciou que vai privatizar 250 jazidas minerais inexploradas (20% delas são de ouro). Embora o subsolo continue pertencendo à União, o governo vai passar para a iniciativa privada os direitos de exploração, pesquisa e lavra. A entrega é escandalosa. Por exemplo, uma mina de caulim (argila usada na produção de papel e celulose) no Pará já está em processo de licitação com preço mínimo de R$ 20 milhões (sinal de 10% e o restante em até 15 anos). Tem mais, a exploração dessa mina poderá ser feita por 200 anos e o governo não terá participação na produção.

◆

Filiações. Ciro Gomes foi para o PPS, partido aliado do governo (entre seus expoentes está o ministro da Reforma Agrária Raul Jungmann). O senador Roberto Freire jura que apesar disso o PPS não é governista e que faz parte do bloco que tenta articular uma candidatura de oposição, ampla, com Ciro Gomes à frente. Não sabemos qual é a melhor piada: a de que o PPS não é governista ou a de que a candidatura de Ciro Gomes é de oposição ao governo. Para completar o circo, sabem quem também se filiou ao PPS? O ex-prefeito de Diadema, José Augusto, que adquiriu fama pelo seu gangsterismo tanto à frente da prefeitura como nas convenções do seu ex-partido, o PT.

◆

Vergonha. O Superior Tribunal de Justiça arquivou o inquérito que apurava a responsabilidade do governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), no massacre de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996. Para o STJ, o governador determinou apenas a desocupação da estrada sem autorizar o uso de força. Para o Poder Judiciário, a determinação do governador tucano (que tornou-se pública na ocasião) de que "a estrada tinha que ser desocupada custe o que custasse", não é um indicativo de que os PMs poderiam usar da repressão. O que será que faltou para convencer o STJ? Uma entrevista coletiva de Almir Gabriel para ordenar o massacre?

◆

Impeachment. A comissão especial da Assembléia Legislativa de Santa Catarina aprovou relatório final recomendando o impeachment do governador Paulo Afonso (PMDB) pelo seu envolvimento no escândalo dos Precatórios. Também estão indicados no relatório o ex-secretário da Fazenda Paulo Paraíso e o ex-procurador-geral do Estado João Carlos Hohendorff. O relatório e o pedido de impeachment podem ser votados neste mês. Mas há cheiro de pizza no ar. O relatório suspendeu o processo contra o vice-governador, José Hulse. Já vimos esse filme antes: o vice assume, se necessário, e tudo continua mais ou menos como estava.

◆

Sangue. Dalton Chamone, coordenador do Sangue e Hemoderivados (Cosah) — órgão subordinado ao Ministério da Saúde — denunciou que 40 mil pessoas foram contaminadas em transfusões de sangue, de 1996 para cá, com oito tipos de vírus diferentes que incluem o da Aids e os das hepatites B e C. O Ministério negou esse dado, mas admitiu que não tem controle sobre a qualidade do sangue utilizado no país. Se o Ministério não tem controle como pode contestar números de um órgão que alega ter feito levantamento? Essa é outra dramática demonstração do colapso da Saúde no país, que já deve ter custado a vida de milhares de brasileiros. Números que não aparecem nas estatísticas do governo.

O QUE SE VIU

Vidal Cavalcante

Ocupação da Fazenda Agua Amarela, no lado paranaense do Pontal do Parnapanema, que completou 30 dias no último dia 29 de setembro. As barracas de lona abrigam cerca de 300 famílias. Elas aguardam laudo do Incra que poderá definir a área ocupada como improdutiva.

O QUE SE DISSE

"Vou terminar usando as palavras que ouvi de Haendel, e cito Haendel: Aleluia."
FHC, em plena campanha eleitoral para sua reeleição, no Encontro dos fiéis da Assembléia de Deus, em São Paulo. Candidato demagogo é assim mesmo, numa semana é crente, em outra é católico e por aí vai. No programa Fantástico, da Rede Globo, em 28/9/97.

"Eu vou mais longe ainda. A frente deve ter a preocupação de juntar todos quantos sejam contra a política neoliberal. Se você pegar a entrevista do Antonio Ermírio de Moraes à Folha e às páginas amarelas da Veja, ele pode fazer parte, subir no nosso palanque."
Lula, que está disputando com Arraes e Ciro Gomes quem é o mais "amplo". Desse jeito vão acabar chegando no FHC. A propósito, não era o Antonio Ermírio, esse "opositor" à política neoliberal, que quase abocanhou a Vale do Rio Doce? No jornal Folha de S.Paulo, em 29/9/97.

"É chegada a hora de discutir idéias, um programa de centro-esquerda, que inclua aproveitar o que há de bom no governo, acrescentando preocupações com a melhoria das condições de vida da população."
Luiza Erundina. Ué! não era para ser de oposição essa tal candidatura de centro-esquerda? No jornal O Globo, em 30/9/97.

"Não se está diante de crime doloso contra a vida, motivo pelo qual o Tribunal do Juri é incompetente para julgamento dos acusados."
Sandra de Mello, a juíza que concluiu que os assassinos do índio pataxó em Brasília não podem ir a Juri Popular pois, segundo ela, o homicídio não foi intencional. Isso ainda vai acabar em outra descarada impunidade. No jornal O Estado de S.Paulo, em 30/10/97.

P S T U

◆**Nacional:** Tel (011) 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (012) 341-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - Centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Macapá (AP):** Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ **Maceió (AL):** Rua Minas Gerais,197/2 - Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - CEP 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 423-6493 ◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆ **Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105 ◆ **Ribeirão Preto (SP):** Raua Visconde de Rio Branco, 846 - CEP 14015-000

Os nossos três endereços eletrônicos são:

sede.pstu@mandic.com.br
opin.socialista@huno.com.br
http//www.geocities.com/CapitolHill/3375

E X P E D I E N T E

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000.
Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariúcha Fontana, Fernando Silva, Marco Antonio Ribeiro e Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

A "nova fase" das reformas

Arquivo

Nas últimas semanas os trabalhadores assistiram alguns fatos de grande importância: enquanto FHC aprovava a Reforma da Previdência no Senado, o PT e o PCdoB prosseguiam construindo a Frente Ampla. No momento em que o governo anuncia a privatização de 250 jazidas inexploradas, Lula convida Antonio Ermírio, o principal capitalista do país, para fazer parte do "palaque das oposições".

A recente vitória do governo no Senado começa a abrir caminho para a aplicação daquilo que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, chamou na reunião anual do FMI de "uma nova fase das reformas". A bola da vez é a Reforma Trabalhista, leia-se, destruir todas as mínimas conquistas dos trabalhadores. A palavra de ordem é flexibilizar, e a Rede Globo está em plena campanha no *Jornal Nacional*, para convencer a todos de que a responsabilidade pelo desemprego é a existência da atual legislação trabalhista.

Cada vez fica mais claro de que a sobrevivência do Plano Real estará determinada pelo nível de exploração que o governo e os capitalistas conseguirem impor aos trabalhadores.

Em tempos de globalização, a velha e conhecida exploração continua sendo a única forma de garantir os lucros do Capital. E o imperialismo exige "liberdade" e "modernidade". Ou seja, garantia de remeter seus lucros e liberdade de para explorar. FHC segue essa cartilha.

Ainda há tempo de construir a resistência à aplicação dessa "nova fase das reformas", a própria Reforma da Previdência aprovada no Senado, terá que voltar ainda ao plenário da Câmara dos Deputados. Para isso, é necessário ganhar as ruas. Não podemos esperar 1998 para denunciar nas eleições que o governo não "tem um projeto social". Devemos derrotar nas ruas as reformas. É necessário construir a mobilização unificada dos trabalhadores urbanos e rurais, do movimento sindical e do movimento popular e estudantil, é necessário denunciar esse Congresso Nacional que nada mais é do que um "balcão de negócios".

Mas ao invés de construir a resistência, o PT e o PCdoB estão preocupados em demonstrar "quem é mais amplo". Ao convidar Antonio Ermírio para o palanque das "oposições", Lula acaba reforçando as candidaturas de Ciro Gomes e do próprio FHC, pois essa ampliação no sentido da classe dominante vai descaracterizando cada vez mais a cara da oposição e a alternativa ao projeto neoliberal.

O **PSTU** reafirma que somente uma frente representativa dos trabalhadores da cidade e do campo, pode construir um projeto alternativo para o país. A aliança que propomos é a dos trabalhadores da cidade e do campo, da juventude, do movimento popular, que unifique nas lutas e nas eleições os únicos que tem tudo a perder e nada a ganhar com o neoliberalismo e a globalização.

Esta Frente deve ser encabeçada por Lula, o dirigente mais representativo da classe trabalhadora. E o Movimento dos Sem Terra que galvanizou e sacudiu o país na luta pela Reforma Agrária deve indicar o vice de Lula. O **PSTU** chama a construção de uma frente dos trabalhadores para a luta que, neste momento, tem como tarefa central derrotar a Reforma da Previdência.

OPINIÃO

O Papa não tem nada de pop

Wilson H. da Silva,
membro da Secretaria Nacional de Negros e Negras do PSTU

A cobertura da visita do papa João Paulo 2º ao Brasil, além de estar consumindo um enorme espaço na imprensa, tem sido, no mínimo, espantosa. O tom dos artigos pode ser sintetizado numa chamada da revista *Isto É*, publicada no dia 1º de outubro: ***"Sem alarde, João Paulo 2º revê 400 anos de preconceitos da Igreja e reconcilia a religião com o mundo da razão".***

A revista, entre outras coisas, cita dois fatos pra lá de absurdos: do final de 1996 para cá, o Vaticano se "desculpou" por ter prendido Galileu Galilei há três séculos atrás (por ele ter defendido que a Terra girava em torno do Sol) e assumiu que a teoria da evolução de Charles Darwin (publicada em 1859) *"é mais do que uma hipótese"*.

O fato, contudo, é que se não bastasse esse monstruoso anacronismo, João Paulo 2º é representante de uma igreja ultra conservadora e reacionária. Basta lembrar que em sua ladainha o aborto se compara à prática do genocídio; os métodos contraceptivos são crimes premeditados; a homossexualidade é um pecado mortal; o divórcio e a união civil entre pessoas do mesmo sexo são ameaças contra a família e o comunismo é a verdadeira "besta do apocalipse".

É verdade que pressionados pelo crescimento das igrejas protestantes e pela oposição existente entre seus próprios fiéis, o papa e a cúpula do catolicismo, tem feito algumas pequenas reformas em seus dogmas (ao mesmo tempo em que sufoca o chamado setor progressista do catolicismo para aumentar o espaço dos "carismáticos"). Mas daí até afirmar que a Igreja está revisando os seus preconceitos é mais do que um exagero. É uma farsa.

Diante do protesto das *Católicas Pelo Direito de Decidir*, que defendem o aborto, D. Eugenio Sales, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, afirmou simplesmente que *"elas não são católicas"*, ou, mais precisamente, são contra a Igreja. Já em resposta a uma manifestação promovida por dois grupos gays da mesma cidade (o *Atobá* e o *28 de junho*), o cardeal disse isso é coisa *"de quem não tem o que fazer"*.

É dessa forma que a cúpula católica trata aqueles que defendem que a Igreja se mantenha fora das questões que dizem respeito ao Estado (como a aprovação da lei do aborto e da parceria civil) e o fim dos preconceitos e da perseguição.

NÚMEROS

*O ranking das seguradoras - Faturamento**

Empresa	Faturamento	Empresa	Faturamento
Sul América	1.656.451	HSBC Bamerindus	433.481
Bradesco	1.194.032	Unibanco	371.285
Itaú	583.767	AGF	271.854
Porto Seguro	550.507	Liberty Mutual Paulista	270.650

* Faturamento do 1º semestre de 1997, em milhões de reais
Fonte: O Estado de São Paulo, 30/9/97

CARTAS

Golpe na entidade

Nos dias 6 e 7 de setembro deveria realizar-se o 12º Congresso da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de Fortaleza. O Congresso na verdade não se realizou. Desde a sua convocação, na última reunião dos grêmios, o debate estava em torno da disputa pelo aparato da entidade e pelo controle da confecção de carteirinhas entre a UJS, PT (Tendência Marxista e Democracia Socialista), o PDT e um grupo liderado pelo "Paulão"(PPS) com seus aliados da tendência petista Democracia Radical, do PSB e PMDB. Para ter força no Congresso esse grupo roubou 50 mil carteirinhas e condicionou sua devolução a ter 50% da comissão gestora e de credenciamento. A UJS e o PT foram coniventes e aceitaram a "proposta".

Estes fatos levaram os militantes da Reviravolta e do PSTU a chamarem a composição de um bloco de esquerda e de oposição para o Congresso. Foi formado o Movimento por uma Umes Democrática e de Luta, composto por Reviravolta, juventude do PCB e a Juventude Vermelha. No Congresso, a frente ampla da UJS com PT, PDT, PSDB e parte do PPS tinha ampla maioria dos delegados.

O Congresso foi aberto sem apresentação de pauta, sem regimento e sem leitura das teses. A UJS e o PT anunciaram a composição da diretoria provisória e logo após deram o congresso por encerrado, o que caracterizou um golpe nos estudantes. A Reviravolta não reconhece a diretoria nomeada no Congresso e irá buscar ampliar a oposição desde a base dos grêmios e das escolas.

Núcleo dos secundaristas,
PSTU Fortaleza

REFORMAS *FHC quer arrancar mais direitos sociais ainda neste mandato*

Senado aprovou o fim da aposentadoria

Chico Porto,
da redação

Enquanto o noticiário dá ênfase às articulações para as eleições de 1998, o governo continua, sem muito alarde da mídia, "mostrando serviço" para a comunidade internacional (leia-se, grandes grupos econômico-financeiros) no que concerne a dar confiança de que seguirá as reformas e as privatizações.

Provêm daí os três pontos a serem aprofundados nesta apurada ótica das "aves de rapina" governamentais e empresariais: a ampliação das reformas da previdência e administrativa, a flexibilização das leis trabalhistas, e a continuidade das privatizações.

E o Congresso Nacional segue nesta toada. Foi aprovada no Senado a Reforma da Previdência. O relatório do senador Beny Veras, votado, em primeiro turno, retoma vários pontos do projeto original do governo que não passaram na Câmara.

Projeto acaba com aposentadoria proporcional

A Reforma da Previdência transforma a aposentadoria num sonho impossível para muitos trabalhadores. Passa a exigir, além do tempo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para homens), a idade mínima de 55 e 60 anos respectivamente. Este é um ataque indiscriminado à maioria absoluta da classe trabalhadora.

O projeto que será votado novamente em segundo turno, acaba com a aposentadoria proporcional, deixando um mecanismo de transição para quem já está no sistema, mas que só vale para quem já tenha contribuído todo o tempo (35 homens, 30 mulheres) e idade mínima de 53 anos (homens) e 48 (mulheres) anos. O teto do benefício passa a ser fixado em reais (R$ 1.200) e desvinculado do salário mínimo, quer dizer, à medida que o tempo passa, vai sendo achatado.

Os escândalos não param por aí. Há algum tempo, o governo eliminou as aposentadorias especiais que algumas categorias tinham direito pelo seu próprio vínculo de trabalho. Esta reforma consolida esta visão que não garante a aposentadoria especial para todos que trabalham em atividade insalubre, penosa ou perigosa, além de não garantir sequer a aplicação destas regras para os servidores públicos, mesmo que também expostos a agentes nocivos.

Enquanto o conjunto do funcionalismo perde o direito à aposentadoria integral, apenas depois de grande indignação, os parlamentares estão mudando as regras de suas aposentadorias.

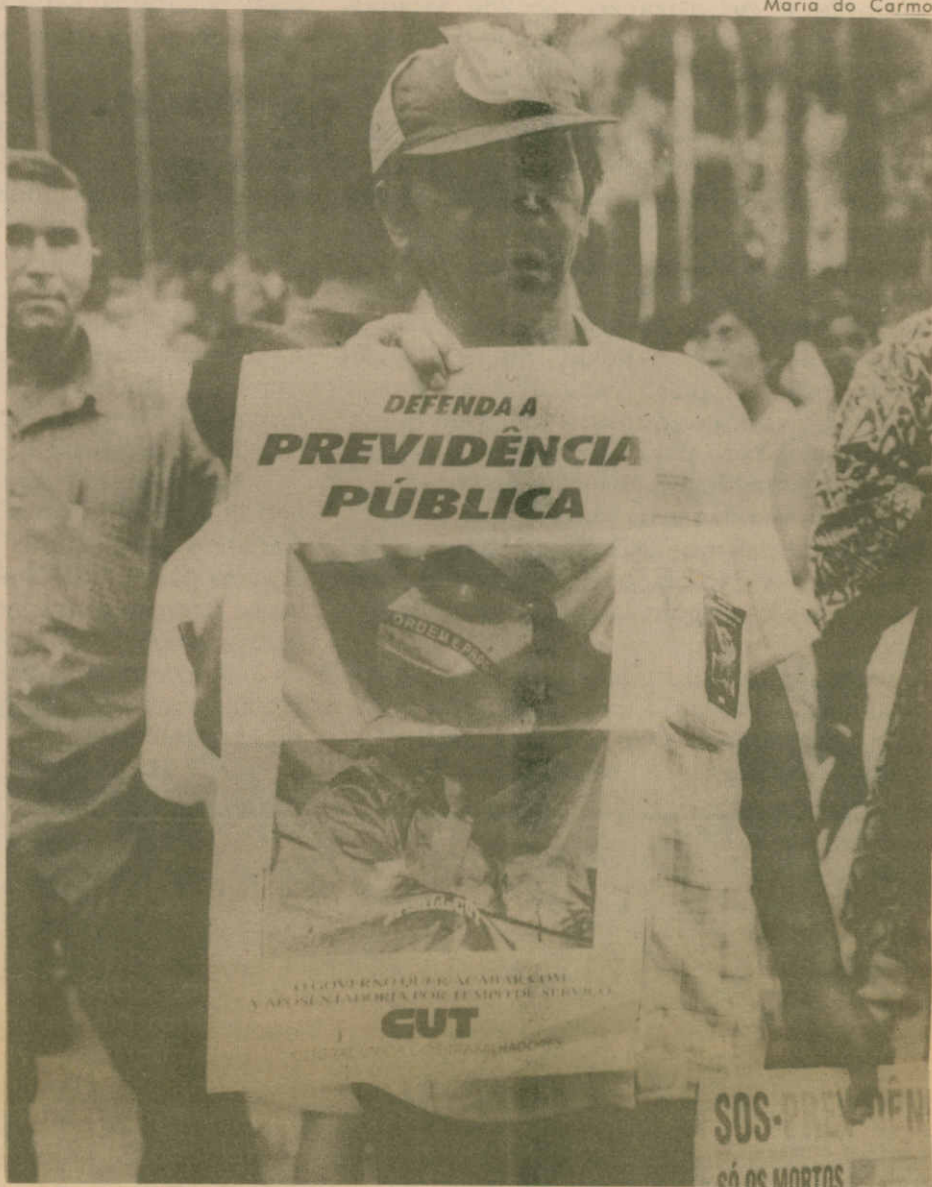
Contudo, é importante notar que o Senado terá que votar novamente a proposta em segundo turno e depois ela irá voltar para a Câmara dos Deputados. Ainda há tempo de construir uma resistência e uma mobilização unificada de todos os trabalhadores contra esta que é uma das mais violentas reformas do governo neoliberal de FHC, pois condena milhões de pessoas a trabalharem até morrer, sem o direito de uma aposentadoria digna.

Maria do Carmo

Acidente de trabalho pode ser privatizado

O substitutivo do senador Beny Veras contém medidas sem precedentes contra os trabalhadores. O Senado aprovou que o seguro por acidente de trabalho não pertence mais ao rol de benefícios previdenciários. Desta maneira, o seguro seria explorado pelo setor privado que concorreria com o setor público.

Em outras palavras, as seguradoras vão abocanhar um setor que hoje é estatal. O trabalhador perde a garantia de tratamento público e a estabilidade, pois quando o trabalhador sofre acidente de trabalho se este não for caracterizado como tal, ele perde a estabilidade no emprego por um ano garantida por lei. Isso porque as seguradoras farão o máximo para não caracterizar acidentes de trabalho, diminuindo o pagamento de seguros.

Conclusão: até aqueles que têm carteira assinada, se não tiveram pago o seu seguro por acidente de trabalho, estarão absolutamente condenados à penúria. E o Brasil é tristemente campeão nas estatísticas de acidente de trabalho. (C.P.)

Malan dá garantias ao FMI

Na segunda quinzena de setembro, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, tranquilizava os banqueiros e empresários internacionais na reunião anual do FMI, realizada em Hong Kong: *"Muitas reformas vão precisar de segundo round"* (*Folha de S.Paulo*, 23/9/97).

O governo se apóia na paridade artificial do real com o dólar e em altas taxas de juros para atrair capital. Dessa forma, além de oferecer uma alta lucratividade ao capital que por aqui aporta, FHC e sua equipe também buscam manter a confiança de que o plano segue. Vai, assim, depenando como pode o Estado e pauperizando a população.

Através das privatizações faz "um caixa" provisório para tentar cobrir seus déficits. Com o desmantelamento dos serviços públicos, o governo "economiza" para saldar os compromissos da dívida externa e interna. Esta é verdadeira âncora do Real: continuar atacando o nível de vida dos trabalhadores e da população para seguir saldando os "compromissos" com o FMI e com os grandes grupos econômicos.

Declarações como a do vice-diretor do Fundo, Stanley Fisher, mostram o apetite e a voracidade dos banqueiros com relação às políticas neoliberais. Ao mesmo tempo, derrubam a cínica máscara de uma crítica à política educacional e de reforma agrária do governo brasileiro contidas em estudo do Fundo divulgado no Encontro. O FMI não está preocupado com a educação, cultura ou a alimentação dos povos, sua própria fome de garantir os lucros dos especuladores e banqueiros é bem maior. Para isso, conta com o aval do governo FHC e sua servil equipe econômica. **(C.P.)**

PARTIDO

PSTU saúda a adesão de Lindberg Farias

Valério Arcary,
pelo Comitê Executivo do PSTU

Lindberg Farias, ex-presidente da UNE e o mais importante dirigente estudantil da última década, liderança do movimento que em 1992 levou mais de 4 milhões de jovens às ruas sob a bandeira do Fora Collor, eleito deputado federal com a maior votação da Frente Brasil Popular no Rio de Janeiro, anunciou em 26 de setembro sua desfiliação do PCdoB e sua decisão de unir-se ao **PSTU**.

A decisão de Lindberg resulta de um sério processo de reflexão que se desenvolve há muitos meses e que tem na sua raiz um balanço da luta pelo socialismo no século 20, uma avaliação da degeneração burocrática dos estados operários e da restauração capitalista na China e no Leste da Europa; assim como da atualidade do programa da revolução socialista.

O PSTU lutará pelo fim dos métodos de calúnias morais

Durante dez anos Lindberg militou nas fileiras do PCdoB. Entregou incansavelmente todas as suas forças e energias à luta da juventude e construiu lealmente o PCdoB. Durante dez anos o PCdoB o reconheceu como um dos seus dirigentes e como comunista honrado. O secretariado do PCdoB, no entanto, não hesitou um minuto em editar, no mesmo dia, um comunicado em que afirma: *"A atitude do deputado Lindberg Farias favorece a ação dos inimigos dos trabalhadores e do socialismo que tratam de dividir a esquerda e os democratas para facilitar o domínio das elites exploradoras"*. Ao mesmo tempo, deputados do PCdoB em todo país fizeram declarações à imprensa acusando Lindberg de oportunismo eleitoral. Outros dirigentes do PCdoB, não satisfeitos, se dedicam a fazer acusações sórdidas contra a honra de Lindberg, somando às calúnias políticas as calúnias morais.

Sergio_Koei

Lindberg Farias teve, ao contrário do que afirma a direção do PCdoB, uma atitude exemplar.

Foi a direção do PCdoB quem (quando ficou clara, depois da conferência do PCdoB/RJ, a existência de diferenças políticas) tentou utilizar as eleições de 98 para escamotear o debate interno e as polêmicas, oferecendo a Lindberg garantias para disputar um novo mandato no Rio ou mesmo em São Paulo.

Se Lindberg estivesse obcecado por um novo mandato (como, aliás, é a estratégia central da direção do PCdoB há muitos anos, ao custo de alianças inclassificáveis como com Collor em 1986 em Alagoas e Arraes, Covas e Almir Gabriel em 1994) não teria feito sua opção pelo **PSTU**. A acusação de oportunismo eleitoral revela mais do acusador do que do acusado.

A acusação de traição a serviço da ação dos inimigos dos trabalhadores que tentam dividir a esquerda e os democratas, em seu tom cinicamente solene e trágico, revela a decadência política da direção do PCdoB. Sem o dizer claramente, ataca o **PSTU** como sendo inimigo dos trabalhadores, da mesma forma que eram classificados de *"inimigos dos trabalhadores"* e agentes da CIA os que lutavam contra as ditaduras no Leste Europeu, os membros da Oposição de Esquerda na União Soviética stalinista. Isto já é em si uma provocação inexplicável, infantil e insustentável. Tão grave no entanto é a patética insistência na defesa da frente de centro-esquerda.

Tenta esconder que o PCdoB está fazendo um jogo duplo político, de duas caras: uma vai ao Encontro Nacional do PT e defende a candidatura Lula. A outra, no dia seguinte, se une às conspirações de

Wladimir Souza

Arraes e Roberto Freire contra Lula, e defende um nome de centro, sendo cúmplice de uma operação nefasta, sob a cobertura da *"união de todos e qualquer um contra o neoliberalismo"* e esquecendo que a união com Ciro Gomes, Itamar, ou qualquer outra liderança política burguesa é a ruptura com um programa de defesa das reivindicações dos trabalhadores, como a reforma agrária, a anulação das privatizações, a suspensão do pagamento da dívida interna, o não pagamento da dívida externa, a redução da jornada de trabalho. Quem divide e quem luta pela unidade?

A direção do PCdoB tenta escamotear o verdadeiro debate

O **PSTU** reafirma seu compromisso com a defesa da candidatura Lula, sugere que a chapa se forme com um vice indicado pelo MST e insiste que o lugar do PCdoB deve ser nessa frente classista; o PCdoB deve largar a aventura prometida por Arraes com a cumplicidade de Brizola.

O **PSTU** repudia as acusações morais. Elas são intoleráveis. Lindberg Farias sempre lutou como um honrado comunista. Assim o consideramos. No momento de ruptura, o método de caluniar os adversários é uma reedição dos métodos de perseguição do stalinismo e sua moral de que os fins justificam os meios. O **PSTU** alerta que lutará com todas as suas forças e energias, de forma intransigente e inflexível, pela erradicação da calúnia moral para eludir o debate, este sim necessário e educativo, das diferenças políticas.

O **PSTU** saúda a adesão de Lindberg Farias e sua decisão de unir-se à luta pela independência de classe, pela construção de uma Frente Classista e dos Trabalhadores para derrotar o neoliberalismo e o capitalismo, antes de tudo na ação direta. O **PSTU** saúda a adesão de Lindberg Farias à luta por um projeto de construção de uma saída anti-capitalista, socialista, de ruptura com a ordem econômica imperialista.

"Quero construir uma alternativa dos trabalhadores"

Lindberg Farias foi o principal dirigente das mobilizações pelo Fora Collor em 1992, foi presidente da UNE entre os anos de 1992 a 1993, posteriormente foi eleito deputado federal pelo PCdoB com 59 mil votos, sendo o deputado federal mais votado da Frente Brasil Popular no Rio de Janeiro em 1994.
No último dia 1º de outubro, em um ato com a presença de 400 pessoas no auditório da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Lindberg oficializou a sua filiação ao PSTU. Nesta entrevista ao Opinião Socialista, ele conta as razões que o levaram a romper com o PCdoB, após dez anos de militância neste partido, e a aderir ao PSTU.

Opinião Socialista — Há um certa perplexidade com a sua adesão ao PSTU. Um comentarista da TV Bandeirantes disse que não entendia mais nada, pois em geral os deslocamentos vão para os partidos mais moderados e com viabilidade eleitoral e que você fez o movimento oposto. Queríamos que você dissesse então quais foram as razões que o levaram a romper com o PCdoB?

Lindberg — Minhas motivações não têm nada que ver com deslocamentos eleitorais. E gostaria de começar respondendo pela questão mais estratégica. Eu comecei a refletir e a estudar e cheguei a duas conclusões fundamentais sobre o que ocorreu no Leste Europeu. A primeira delas é que a teoria stalinista da construção do socialismo num só país, que levou à famosa coexistência pacífica com o imperialismo, revelou-se um desastre histórico e com uma natureza reacionária. Tinha razão quem desde o início se opôs a essa teoria anti-marxista, produzida por Stalin.

"A teoria do socialismo em um só país mostrou-se um desastre histórico"

A segunda lição é que a burocratização total desses estados, o regime de partido único, a imposição de uma ditadura sobre o proletariado, mais cedo ou mais tarde levaria à derrota das grandes conquistas e o retorno ao capitalismo.

Este é um debate antigo no movimento comunista internacional. A crítica desenvolvida por Trotsky ao processo de burocratização da ex-União Soviética revelou-se justa.

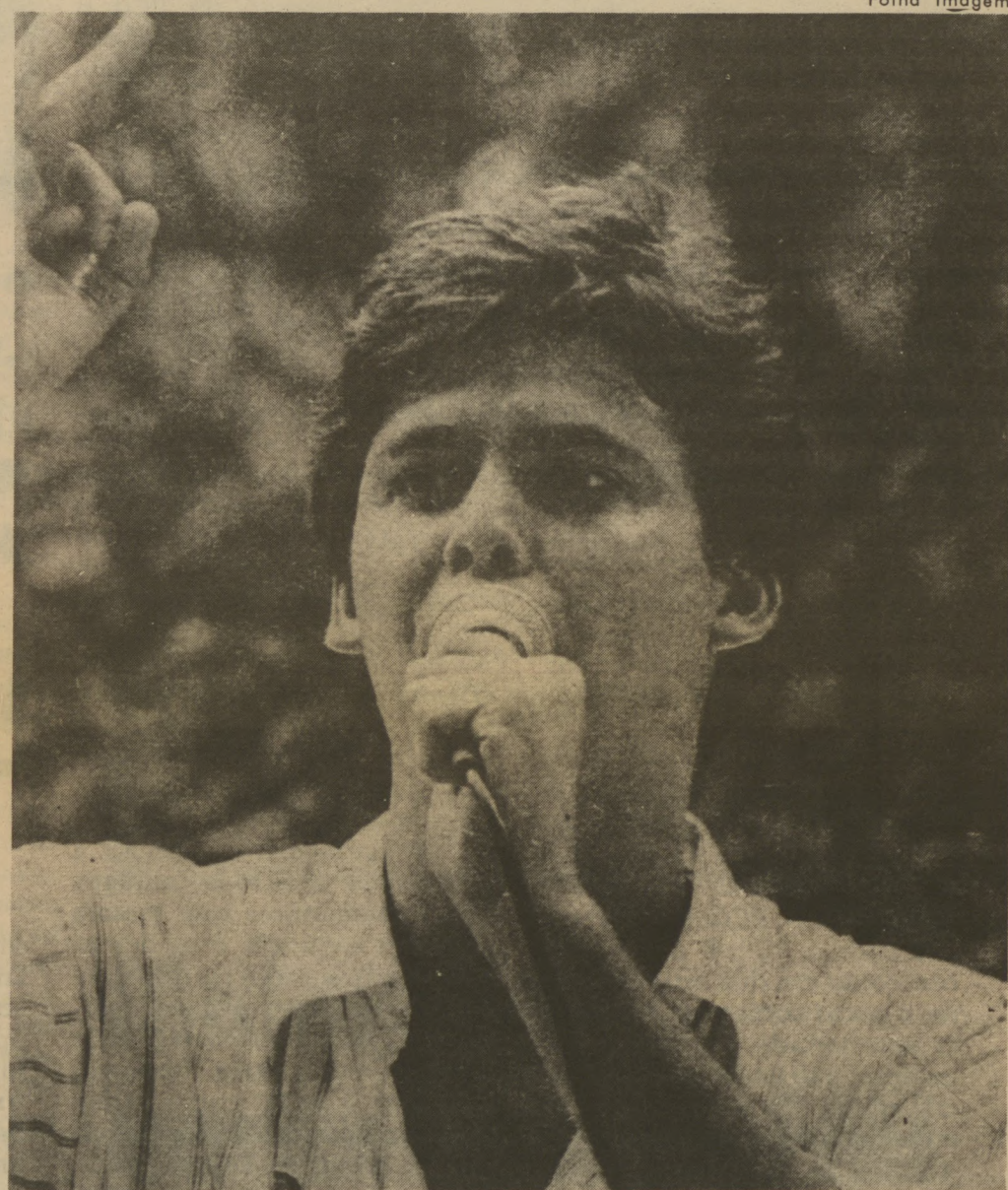
Mas não é apenas uma questão histórica, do passado. Olhem o debate em torno da China. O PCdoB acha que esse país é socialista. Aliás, uma posição fora da realidade. O governo chinês abriu mão do controle do comércio exterior, da planificação, e privatizou a economia. A China hoje é um país de cunho capitalista, dirigido por um governo e um regime ditatoriais e totalitários.

Opinião Socialista — Mas há um outro aspecto, oficialmente o PCdoB abandonou a concepção etapista da revolução...

Lindberg — Formalmente. O PCdoB mudou formalmente a concepção de revolução por etapas. Passaram a afirmar que a estratégia é socialista. Mas há uma incoerência completa com a prática, com as táticas, com a sua política. O PCdoB continua preso à visão etapista e à concepção de que é possível construir o socialismo num país sem avançar na derrota do capitalismo a nível internacional.

Isso se revela em tudo. Por exemplo, no próprio debate em torno da frente ampla. Essa busca por Arraes, PDT, Ciro Gomes etc, é a ilusão de que a burguesia nacional pode desenvolver um papel dirigente contra o imperialismo, seus planos e seus agentes.

Opinião Socialista — Você entrou no debate nacional e criticou a frente ampla. A maior parte da esquerda sustenta que o neoliberalismo é o grande inimigo e que faz sentido uma frente com todos aqueles que querem derrotá-lo...

Lindberg — É ilusão, é o mesmo debate da pergunta anterior, é a ilusão de que setores da burguesia nacional podem dirigir a luta contra o neoliberalismo. É outro erro histórico achar que Arraes, PDT, Itamar podem resistir a esse projeto. Aonde Ciro Gomes se opõe ao neoliberalismo? Vai ser a repetição do passado recente quando o PCdoB apoiou o governo Sarney, apoiou os governos estaduais de Collor e Moreira Franco.

A burguesia nacional não tem esse papel porque está totalmente amoldada, subordinada, associada ao capital internacional.

Folha Imagem

"A China é hoje um país de cunho capitalista com um governo totalitário"

Opinião Socialista — No ato do Rio de Janeiro, além da sua filiação ao PSTU foi também lançada a campanha por Lula presidente com um vice do MST. Qual é para você o significado dessa campanha?

Lindberg — Uma frente classista, anti-neoliberal, com um programa definido é uma alternativa real do ponto de vista dos trabalhadores. Esse é o significado. Uma frente deste tipo mostra que não temos ilusões com nenhum setor da burguesia nacional. Mostra que queremos um operário na cabeça, pois simboliza que queremos a classe operária no poder. Um vice do MST simboliza esse levante pela terra que há no Brasil. É uma ruptura com a visão de que a burguesia pode ter um papel dirigente na luta contra o projeto neoliberal.

Opinião Socialista — E sobre a sua experiência como parlamentar? Em que ela contribuiu para as suas reflexões?

Lindberg — Na verdade, uma das motivações iniciais da minha ruptura tem a ver com o processo de institucionalização do PCdoB. Há um processo de social-democratização desse partido, que está cada vez mais subordinado à lógica dos mandatos e do jogo eleitoral. A preservação e a ocupação do espaço institucional são para eles uma prioridade. Eu considero que o PCdoB hoje está a reboque do PT nesta visão.

Minha experiência como deputado reafirmou que as mudanças só podem ocorrer pela mobilização, pela via de um processo revolucionário.

Mas queria colocar outro aspecto. Há também uma burocratização no PCdoB. A estrutura partidária é cada vez mais voltada para os mandatos, as lutas regionais pelo controle da máquina partidária obedecem à lógica dos interesses ligados aos mandatos.

"Nenhum setor burguês pode dirigir a luta contra o neoliberalismo"

Opinião Socialista — O PCdoB respondeu duramente a sua ruptura, o acusam de traidor e chegam a dizer que você é um oportunista eleitoral que estava perdendo espaço no partido e por isso rompeu. Enfim, como você encara todas estas acusações?

Lindberg — É uma tentativa de desqualificar o debate político. O PCdoB foge do debate político. Qual é a pauta dessa discussão? É a burocratização e seus antecedentes históricos, é a China, o etapismo, a frente ampla com a burguesia nacional. Mas o PCdoB quer esconder da sua base todos estes debates, porque é duro explicar a Albânia, a China.

Portanto, a primeira reação é partir para a desqualificação da ruptura com baixarias e ataques morais. Fiquei dez anos no PCdoB, era santo, sai e virei satanás. Não há espaço para as diferenças de fundo e quem sai por divergências é retalhado com baixarias.

A acusação de oportunismo eleitoral é de uma fragilidade enorme. Se fosse por isso eu ficaria no PCdoB. Ou iria para o PT, a não ser que eu fosse o oportunista eleitoral mais burro do planeta.

Opinião Socialista — A União da Juventude Socialista acaba de divulgar uma nota pública expulsando você. Isso significa que o debate e o diálogo com os militantes do PCdoB estão encerrados?

Lindberg — De forma alguma. Em primeiro lugar isso é um exemplo claro da burocratização a que me referi. Eu fui eleito presidente da UJS num Congresso com milhares de jovens. A UJS sequer é uma juventude do PCdoB, ela é independente. Mas uma executiva com menos de dez membros, todos do PCdoB, acaba de divulgar essa nota me expulsando sumariamente. Uma das acusações é que eu ataquei "figuras como Miguel Arraes".

Quero deixar claro que não é porque eu estou nas fileiras do PSTU, e nem mesmo porque fui burocraticamente expulso da UJS, que este debate está encerrado. Quero debater na universidade com o presidente da UNE, o Capelli, quero ver ele ir para o debate na base defender Ciro Gomes, Arraes. Quero debater com a juventude e os honestos militantes do PCdoB. E quero uma reunião e discussão com a UJS. Vamos responder as baixarias com o debate político.

Wladimir Souza

"Lula presidente com vice do MST é alternativa para os trabalhadores"

Opinião Socialista — Por fim, por que o PSTU? Quais as suas expectativas com o partido no qual você se filiou?

Lindberg — É engraçado como muita gente me faz essa pergunta de outra forma: "mas logo o PSTU, tão pequeno, não tem viabilidade eleitoral etc". Há muita gente que mesmo sem ser mal intencionada raciocina apenas nestes termos.

Eu acredito no PSTU enquanto alternativa de poder. O PT foi para a social-democracia e o PCdoB aderiu na prática a este projeto. Há espaço para o debate e a defesa da luta revolucionária, anti-capitalista. Há espaço para o projeto PSTU, que é o projeto da revolução. Eu não tenho dúvidas de que quando vier o ascenso popular e operário o PSTU será alternativa de poder. Eu quero ajudar a construir uma verdadeira alternativa para os trabalhadores.

O PSTU lança a sedução do projeto revolucionário aos jovens e atividades do movimento sindical que estão desgastados e fartos do caminho social-democrata, dos modismos, da burocratização.

Estou indo para um partido onde a estratégia não está em contradição com as táticas e a política cotidiana.

Ciete Silverio

Paralisação durou 20 dias e foi a maior da categoria

Greve dos correios enfrentou FHC

Os trabalhadores dos Correios encerraram, no dia 23 de setembro, por orientação do comando nacional de mobilização, a primeira greve nacional do ano que enfrentou o governo. Foram 20 dias de embate que, além de derrubar a direção da empresa, conseguiu melhorar a sua proposta inicial de 2% de reajuste para 5% mais um abono de R$ 200 e a a inclusão de aumento em alguns benefícios. Mas foram pequenas concessões e o governo, através de Sérgio Motta, partiu para a repressão demitindo 187 lideranças, entre diretores e delegados sindicais.

Foi a maior greve já realizada pela categoria. Os trabalhadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Vale do Paraíba, Alagoas, Paraíba, Pará, Amazonas e Distrito Federal tiveram a firmeza de entrar e sair juntos do movimento.

*Para nos contar como foi a greve e fazer uma primeira avaliação da mesma o **Opinião Socialista** entrevistou Mario Cesar Barbosa, diretor do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo e militante do **PSTU**.*

José Bergamini

Assembléia dos Correios em São Paulo

Opinião Socialista — Qual foi o resultado dessa greve nacional dos Correios?

Barbosa — A greve foi importante. Foi de enfrentamento com o governo e sua política de retirar conquistas e dar aumentos somente para as chefias. Mas tivemos alguns problemas, já que faltou o apoio efetivo da CUT e dos sindicatos e, na própria categoria, vários sindicatos dirigidos pela *Articulação Sindical*, como o do Paraná e Rio Grande do Sul não desencadearam a greve.

Opinião Socialista — Você falou que faltou apoio da CUT...

Barbosa — Faltou apoio mesmo. O próprio Vicentinho não apareceu nas assembléias. O Feijó (presidente da CUT Estadual) só apareceu dia 5 de setembro quando realizamos um ato conjunto com professores. O Spis esteve e falou da campanha de petroleiros, mas tivemos problemas concretos como falta de carros de som. Até pagamos para garantir um caminhão de som de um sindicato para as assembléias.

José Bergamini

Barbosa

Opinião Socialista — Vocês foram recebidos por FHC. Como foi isso?

Barbosa — Esse foi um dos fatos importantes desta greve. Fomos em passeata pela avenida Paulista em São Paulo até um hotel onde havia uma reunião do Mercosul e obrigamos FHC a nos receber. Mas o cara-de-pau disse que não sabia da greve e jogou a bola para o Sérgio Motta.

> **"Sérgio Motta diz que não, mas greve ajudou a derrubar diretoria"**

Como não resolveu decidimos em assembléia acampar na frente da casa do Sérgio Motta para exigir a abertura de negociações. Ele nos chamou de bêbados e cafajestes, sob a alegação de que teríamos ofendido a família dele, mas isso não ocorreu.

Opinião Socialista — Durante a greve a diretoria da empresa dos Correios caiu. Foi por causa da paralisação?

Barbosa — O Sérgio Motta diz que não, que precisava de uma diretoria mais técnica e queria tirar o PPB de lá. Mas caiu também o diretor de RH que há muito tempo precisava ser derrubado. Sem dúvida a greve foi a gota d'água, o que demonstra sua força.

Opinião Socialista — E as demissões que houveram? Foram revertidas?

Barbosa — As 187 demissões foram acima de tudo demissões políticas. O próprio Sérgio Motta disse que ia demitir todos os que estavam em frente à casa dele. Vão contra a lei de greve e contra o estatuto da empresa que diz que tem que ter processo administrativo. Na Paraíba e em Campinas o pessoal já ganhou na justiça e voltou a trabalhar. Os outros sindicatos também entraram com processos.

A empresa quer que a gente assine o acordo, para pagar os 5% e o abono de R$ 200 e que aí ela vai formar uma comissão para avaliar caso a caso. Não dá. Queremos a readmissão de todos e por isso a plenária nacional realizada em São Paulo votou por unanimidade não assinar o acordo.

Opinião Socialista — Essa plenária tomou mais alguma deliberação?

Barbosa — Sim, a plenária votou a necessidade de reorganizar a categoria para garantir a readmissão dos demitidos, o não desconto dos dias parados e avançar na negociação das reivindicações. Os 5% de aumento e os R$ 200 de abono são um avanço em relação aos 2% iniciais, mas ficam muito longe de nossas reivindicações.

Votamos um calendário de mobilização que começa com assembléias dia 2 de outubro, atos contra as demissões e a exigência de retratação do ministro Sérgio Motta.

Aqui em São Paulo, o ato será no dia 7 em frente ao Tribunal Regional Federal. Além disso, aprovamos uma campanha de fundos para os demitidos que inclui arrecadação de tickets na categoria e dinheiro junto aos sindicatos. Estamos chamando todos os trabalhadores a contribuir.

Sindicato funda Núcleo de Negros

Wilson H. da Silva,
da redação

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos fundou, no dia 18 de setembro, o Núcleo do Trabalhador Negro. Segundo um dos diretores do sindicato, Renato Bento, "apesar de ter sido uma iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos, o Núcleo do Trabalhador Negro pretende levar a discussão sobre o racismo e as formas de combatê-lo para todos os setores da sociedade na região".

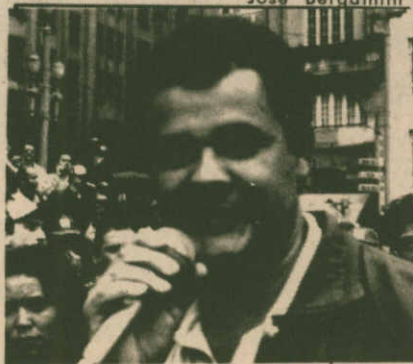
Essa "vocação" ficou evidente no ato de lançamento do Núcleo, que reuniu mais de 100 pessoas entre estudantes e trabalhadores de várias categorias. Ainda segundo Renato, a idéia de formação de um núcleo específico para discutir a questão racial nasceu dentro do próprio sindicato, onde 10 dos 31 diretores são negros ou negras, o que é "uma feliz exceção dentro do movimento sindical já que, infelizmente, os negros ainda têm uma participação bastante limitada".

Pesquisa ampla

A partir dessa semana, o Núcleo irá realizar reuniões (sempre às quarta-feiras) para discutir atividades na região. Para organizar estas atividades, a coordenação do Núcleo decidiu fazer um levantamento para saber como vivem os negros e negras do Vale do Paraíba. Para tal, eles vão fazer uma pesquisa nas fábricas metalúrgicas, entre os professores, nas escolas e, inclusive, no sistema carcerário.

Cursos e palestras

Além disso, o Núcleo irá organizar cursos e palestras sobre o racismo e a história dos negros na África e no Brasil. Segundo Andrade, presidente da Associação Esportiva Camarões (um grupo que organiza atividades esportivas e culturais para mais de 100 jovens negros da região) e membro do Núcleo do Trabalhador Negro, esses cursos serão fundamentais para, no caso da Associação específica que ele dirige, "combinar atividades esportivas e culturais, que também fazem parte de nossa história, com a luta contra o racismo e pelo resgate da história de nosso povo".

PERNAMBUCO *Partido defendeu governador no escândalo dos Precatórios*

PCdoB vira refém do governo Arraes

Joaquim Magalhães,
de Recife

Desde que se formou em Pernambuco a autodenominada Frente Popular, envolvendo o governador do Estado, Miguel Arraes, os usineiros (representados por Armando Monteiro) e vários partidos de esquerda (PT, PCdoB e PC), os trabalhadores vem sofrendo ataques e traições. Na hora de decidir entre o governo e o movimento operário e popular, o PCdoB e a ala direita do PT ficam de forma incondicional com o governo.

Quando Arraes iniciou os seus ataques contra os trabalhadores, exigiu do PT e do PCdoB fidelidade canina. Mas as crises decorrentes desta aliança começaram a ameaçar a própria existência destes partidos. Por exemplo, era inexplicável a CUT apoiar a repressão policial contra os trabalhadores da usina Catende só porque o PCdoB e PT estavam no governo.

Partido votou a favor de privatizar o banco do Estado

O PT aos poucos foi se retirando do governo Arraes, restando apenas o apoio político, que se transformou em oposição da esquerda do partido quando estourou o escândalo dos precatórios (que colocou de maneira nítida a formação de quadrilha entre Arraes, seu neto Eduardo Campos, então secretário da Fazenda, as corretoras, Maluf e os grandes bancos).

A prova de fogo da degeneração política do PCdoB também começou pela questão dos Precatórios. Quando os trabalhadores em todo o Brasil exigiam punição exemplar para os envolvidos, aconteciam coisas estranhas com o PCdoB e setores petistas em Pernambuco. No dia do depoimento de Eduardo Campos na CPI do Senado, este teve a solidariedade da bancada federal do PCdoB apesar da roubalheira em Pernambuco ter se revelado tão escandalosa quanto a '- Alagoas, São Paulo ou Santa Catarina. O deputado Paulo Rubem, do PT, propôs uma CPI estadual. O PCdoB foi a linha de frente na defesa incondicional de Arraes acusando os proponentes e defensores da CPI, ou de qualquer outra proposta de investigação, de aliados do neoliberalismo e golpistas contra um símbolo da "esquerda do Brasil": Miguel Arraes.

Outros testes foram colocados por Arraes ao PCdoB, como a exigência de que este votasse numa das principais medidas neoliberais de FHC: o "saneamento" dos bancos públicos, bem como a forma e as condições de financiamento das dívidas dos estados. Estas medidas são exigências do FMI, do capital financeiro e dos governos imperialistas que especificam para os bancos públicos a privatização, extinções e a transformação em "agências de fomentos". Em outras partes do país, o PCdoB apoiou a investigação dos precatórios e a mobilização contra as privatizações. Em Pernambuco, este partido votou pela privatização do Bandepe e a criação de uma agência de fomento.

Neste Estado todas estas atitudes não são à toa. O partido não tem um papel secundário no governo Arraes. O chefe da Casa Civil do governo do Estado, Renildo Calheiros, é militante do PCdoB. Não é preciso dizer mais nada.

Lula Marques

Miguel Arraes

Contra as lutas

Essa política vergonhosa do PCdoB e da corrente majoritária na CUT e no PT, a Articulação, impediu a efetivação de muitas lutas unitárias no Estado, e todas as que ocorreram foram organizadas contra estas direções, como os exemplos da espetacular greve da PM, das inúmeras ocupações rurais e urbanas e das recentes greves e mobilizações da Saúde e Educação.

Um partido operário que entra num governo burguês é obrigado a participar ou ser cúmplice da repressão aos trabalhadores; a apoiar os planos neoliberais; a ser sócio, ou no mínimo omisso, na rapina das finanças do Estado. Para que se unifiquem as lutas dos trabalhadores, da juventude e do movimento popular é fundamental que os partidos e correntes de esquerda que foram formados no meio operário não traiam seus irmãos de luta como vêm fazendo o PCdoB e a Articulação. É preciso romper com o governo putrefato de Arraes e fazer uma frente para lutar contra FHC, Arraes e todos os exploradores do povo. (J.M.)

BRASÍLIA

Cristóvam assina protocolo com FHC

Niedja Albuquerque,
de Brasília

Em plena campanha salarial unificada dos servidores do Distrito Federal (DF), que estão há dois anos e meio sem reajuste salarial, sem tíquete alimentação e convivendo com a ameaça de atraso dos salários, o governador Cristóvam Buarque, materializando a sua política de colaboração e atrelamento a FHC, assinou um protocolo de intenções aprofundando ainda mais os ataques às conquistas dos servidores.

O protocolo, na letra B do item 1, coloca que Brasília tem que se adequar à Lei Camata, que limita os gastos com pessoal ativo e inativo em 60% do orçamento. Hoje, segundo o Tribunal de Contas da União, o DF gasta em torno de 82% com a folha de pagamento e, com toda certeza, esta medida irá implicar em demissões e sucateamento dos serviços.

Na letra C coloca que fica *"proibida a realização de concurso público nos próximos três anos, bem como a contratação de qualquer servidor, em todo o complexo administrativo do Governo do Distrito Federal, exceto para áreas prioritárias..."* Isso aumentará a terceirização nos serviços públicos, bem como a contratação de trabalhadores temporários, já que estes não têm os mesmos direitos dos concursados.

Nas letras E e E1, está escrito que *"promoverá, através da Lei Distrital, a revisão das atuais vantagens e benefícios dos servidores do DF..."* e também *"promoverá as mudanças necessárias para assegurar que o crescimento vegetativo da despesa anual com o pessoal ativo não exceda a dois por cento"*. Esses itens atacam frontalmente os trabalhadores e significam a redução de benefícios legítimos e mais demissões.

No tocante às empresas públicas, o que é tratado no ponto 2, o protocolo diz que em algumas eliminará as transferências do Tesouro; no Metrô a proposta é de privatização e para a SAB e CEASA quer a extinção, venda ou concessão ao setor privado.

O mais impressionante é que enquanto o movimento sindical de Brasília repudia as políticas neoliberais contidas no protocolo e se prepara para lutar contra sua aprovação na Câmara Distrital, o Diretório Estadual do PT aprova por 17 votos a 7 o protocolo de intenções entre Cristóvam e FHC.

M U N D O *Sindicalista brasileira mostra visão crítica do regime cubano*

Algumas impressões de uma viagem a Cuba

Sonia Lúcio,
professora, membro da executiva da CUT/RJ e do MTS

Estive recentemente em Cuba para participar do *1º Encontro de Trabalhadores frente ao Neoliberalismo e à Globalização*. Chamou a minha atenção o jeito expansivo do povo cubano. A primeira pergunta que a maioria das pessoas com quem conversei fazia, quando identificava um brasileiro, era: *"como termina a novela A Próxima Vítima?"*. Dizem que durante a transmissão das novelas brasileiras Havana pára. Conta-se, até, que uma brasileira, amante de Cuba, esperou algum tempo pela oportunidade de um aperto de mão do Comandante. Quando, enfim, chegou a sua vez, ela ouviu dele a seguinte pergunta: *"você é brasileira? Como será o desfecho da novela?"*

Vítimas da derrocada do "socialismo real", do avanço capitalista, do bloqueio do imperialismo, de um regime totalitário e da condução de um projeto de restauração capitalista, o povo cubano assiste a suas mulheres venderem seus corpos aos turistas que aportam, cada vez mais, àquela bela ilha tropical. A tenra idade de muitas dessas mulheres, o jeito exuberante de se vestirem e andar, as unhas muito grandes, vermelhas e cintilantes, os coques e laçarotes no cabelo, as sandálias de salto altíssimo e grosso e, principalmente, a forma incisiva de abordagem parecem revelar o ritmo abrupto da abertura à comunicação com o mundo regido pela ordem do Capital.

Muitas vezes, ao se venderem por apenas um prato de comida e ao se entregarem aos devaneios difundidos pelas novelas globais, tais meninas parecem encarnar a derrocada de um projeto socialista. Projeto este que privilegiava a educação e a saúde em detrimento de um projeto de auto-sustentação.

Há, entretanto para alguns deles, saídas imediatistas e individualistas. O turista, distraído e completamente desavisado, poderá ser alvo de inúmeras trapaças. Ou a próxima vitima é o próprio Estado, do qual são desviadas mercadorias como charutos e rum para serem vendidas no câmbio negro a um preço muito mais em conta. Alguns imaginam que se receberem um convite poderão sair do país, arranjar um trabalho, ganhar algum dinheiro e, assim, salvarem-se ou à suas famílias.

Em Havana há também aqueles que optaram pela defesa quase apaixonada da revolução de 59. Alguns sentem-se "patriotas da latino américa". Com alguns deles é bom falar da militância, do samba e do mambo, tomar "morrito", se surpreender e invejar a cultura e o olhar altivo daquele povo. Já outros apontaram armas estratégicas contra o neoliberalismo e neste intento construíram um plano de ação que envolveu aproximadamente mil militantes de setenta países do mundo.

Porém, outros, em número bem menor, denunciaram o consenso imposto. Afirmaram a necessidade de reconstruir um projeto rumo ao socialismo. Para estes, a próxima vítima, sem tréguas, tem que ser o Capital! Ele construiu a classe que potencialmente poderá atuar como seu algoz e a ela cabe a luta contra a rendição.

Rafael Perez

Fila em posto de gasolina em Havana

I N T E R N E T

Livro sobre programa está na *home page*

Waldo Mermenstein,
de São Paulo

As *Teses de Atualização do Programa de Transição*, do falecido dirigente trotskista argentino Nahuel Moreno, está na Internet. Este texto, escrito em 1980, destaca o lugar do Programa de fundação da IVª Internacional na história. Segundo a introdução escrita pelo autor, *"não consideramos que este documento esteja superado ou anulado pela história, senão exatamente o contrário. A etapa que vivemos se caracteriza por dois fatos fundamentais: a crise definitiva do imperialismo e da burocracia stalinista dos estados operários e o reingresso na cena histórica do proletariado dos países mais industrializados como protagonista fundamental do processo. Em tais circunstâncias, o Programa de Transição e seu eixo central — a construção da IV Internacional em todos os países do mundo para derrotar os aparatos burocráticos contra-revolucionários, superar a crise de direção revolucionária e levar a bom termo a revolução socialista mundial — são mais atuais que nunca".*

"No entanto, para superar a crise de direção é preciso responder aos novos problemas colocados pelo colossal ascenso revolucionário do pós-guerra, que o Programa de Transição não previu nem explicou. O mais importante destes novos problemas do pós-guerra é a existência dos novos estados operários surgidos graças a que a mobilização das massas obrigou às direções pequeno-burguesas burocráticas, contra-revolucionárias, a romper com a burguesia, expropriá-la e tomar o poder. Em outras palavras, a variante que Trotsky qualificava como altamente improvável é a única que ocorreu até o momento."

Esta extensa citação é uma mostra do valor deste livro, pois nele Moreno analisou com muita antecedência o caráter e a dinâmica de tais estados.

Por outro lado, o livro trata de questões não aprofundadas no Programa de Transição, como a situação da economia mundial, analisando como a economia imperialista mundial significa cada vez mais miséria e super-exploração. Por fim, o livro aborda o novo peso adquirido pelas tarefas democráticas, a guerra de guerrilhas, o caráter das revoluções do pós-guerra e sua relação com a teoria da revolução permanente elaborada por Trotsky.

Não esqueça, o nosso endereço na Internet é: **htpp//www.geocities.com/CapitolHill/3375**

Congresso do Partido Comunista aceita recomendações do Banco Mundial

O capitalismo com características chinesas

Clara Paulino,
da redação

O 15º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), encerrado em 18 de setembro, teve como centro de suas decisões aprofundar as medidas pró-capitalistas, iniciadas por Deng Xiaoping em 1978. As deliberações do Congresso vão de encontro com o relatório feito pelo Banco Mundial (Bird), que sugere à China: a privatização de suas mais de 370 mil estatais, uma ampla reforma do sistema financeiro e mudanças na legislação jurídica do país.

Os líderes do PCC decidiram por avançar na liberalização das condições que permitirão a entrada de grandes empresas no país, adquirindo estatais e reorganizando-as sob as bases das leis do mercado capitalista. Quanto as pequenas estatais, o governo chinês pretende abrir mão de seu controle para que essas possam se associar ou fundir-se com outras ou converterem-se em sociedades anônimas.

Não à toa, as resoluções do Congresso do PCC foram muito bem recebidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Bird durante sua reunião anual, que aconteceu na segunda quinzena de setembro. Nessa reunião a China foi absolutamente a "menina dos olhos" do FMI-Bird.

Dados do relatório atual do Bird constatam que a China precisa de US$ 70 bilhões para investir em infra-estrutura. Mas, segundo o Bird, ele só pode emprestar à China US$ 3 bilhões. Logo, o Banco Mundial sugere que se busque o restante dos recursos com a venda das estatais do país. Portanto, não são meras coincidências as deliberações do Congresso do Partido Comunista Chinês e as metas do Bird.

Alistar Berg

Indústria vai ser privatizada

Jiang Zemim

O plano de abertura ao mercado exterior, impulsionado pelo governo chinês, também tem por objetivo a entrada do país na capitalista Organização Mundial do Comércio (OMC). Para isso, os Estados Unidos estão exigindo da China um avanço maior das reformas em áreas que incluem o acesso ao mercado e a proteção da propriedade intelectual.

As medidas que consolidam o capitalismo na China tomadas pelos dirigentes do PCC são, mascaradamente, divulgadas no país e para o mundo sob o nome de *"socialismo com características chinesas"*. A propaganda dos dirigentes do PCC já virou motivo de piada entre o povo chinês. Dizem que o atual presidente da China, Jiang Zemin, *"dá sinal para a esquerda, mas manobra para a direita"*.

Para as grandes potências imperialistas e os grupos multinacionais, a burocracia do PCC pode chamar seus planos como bem entender. O que lhes interessa é a existência de uma mão-de-obra semi-escrava controlada por um regime totalitário no "capitalismo com características chinesas", capaz de garantir níveis monumentais de lucros sob a base de uma brutal super-exploração.

Trabalhadores são superexplorados

A revolução de 1949, que levou o PCC ao poder, expropriou o latifúndio e a burguesia e proporcionou à China, um país até então quase feudal, grandes conquistas sociais como a de alimentar um país com 1 bilhão de habitantes. No entanto, em 1978, quando a burocracia chinesa resolveu orientar a China para a restauração capitalista, esta situação começou a mudar radicalmente. Hoje, o PCC mantém os trabalhadores chineses sob uma ferrenha exploração, que chega a ser semi-escrava. O crescimento produtivo de 10%, no ano de 1996, está diretamente vinculado a esta realidade.

A China tem uma população economicamente ativa de 834 milhões trabalhadores, dos quais, aproximadamente 150 milhões estão desempregados. Isto porque o campo já foi totalmente privatizado, o que não é secundário num país que, mesmo após a revolução, continuou sendo agrário. É o suficiente para configurar um quadro claro de restauração capitalista.

Por outro lado, os salários pagos aos trabalhadores são irrisórios. A hora de trabalho chega a custar US$ 0,25. O salário de 128 chineses equivale ao de um alemão.

Mais repugnante são as punições físicas e até mesmo espancamentos por supervisores e guardas particulares, alguns dos quais carregam cassetetes elétricos. Em 17 de abril de 1996, o *Diário dos Trabalhadores de Pequim* publicou uma reportagem escrita após o jornal ter recebido uma carta assinada por 24 trabalhadores da indústria de calçados Zhaojiee, em Guangdong, administrada em parceira com a taiwanesa Calçados Zhongjie. Os termos da carta eram: *"A companhia nos espanca, nos maltrata e nos humilha à vontade"*.

O jornal descobriu que, entre as punições corriqueiras, estava a de obrigar os trabalhadores a "pular como sapos", colocá-los de pé com o rosto virado para a parede ou em cima de um banquinho, ou no pátio sob o sol a pino. (C.P.)

Privilégios e corrupção

O PCC impôs à China o regime de partido único e praticamente todas as manifestações contrárias à sua forma de governar são reprimidas com o extermínio dos opositores. Foi essa lógica que levou o PCC a ordenar o massacre dos estudantes na Praça da Paz Celestial, em 1989, em Pequim, capital do país. A pena de morte em vigor no país, só em 1996, foi aplicada em 4.367 casos, a maioria de opositores ao regime do PCC.

A falta de democracia não para por aí. Na China, o governo divide a classe operária em pelo menos três grupos: 1) gerentes e outros funcionários graduados da administração; 2) engenheiros e técnicos; 3) trabalhadores no chão da fábrica. São grandes as disparidades entre esses grupos em termos de poder, prestígio e renda.

300 vezes mais

No período anterior às reformas pró-capitalistas, o salário dos gerentes representava três ou quatro vezes o dos trabalhadores comuns. Hoje chegam a ganhar até 300 vezes mais.

São nos privilégios da burocracia que está a raiz da crise de muitas empresas estatais. A corrupção corre solta no país. Recentemente, um dos mais altos dirigentes do PC, Chen Xitong, envolveu-se num escândalo que causou um prejuízo de US$ 2,2 bilhões aos cofres públicos de Pequim.

Os trabalhadores estão completamente alijados de qualquer processo de decisão. Em 1978, 27% dos membros do Congresso Nacional do Povo eram representantes dos trabalhadores. Essa porcentagem caiu para 15% em 1983, 12% em 1988 e hoje está por volta de 11%. E, o que é ainda mais grave, grande parte dos chamados "representantes dos trabalhadores" pertencem aos quadros administrativos das empresas.(C.P.)

Cresce campanha pela legalização do aborto

Elísia Maia,
Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU

Entre os dias 26 e 29 de setembro ocorreram atos, debates e panfletagens em várias cidades e capitais do país, dando início à Campanha Nacional pela Regulamentação do Aborto Previsto em Lei na Rede Pública de Saúde.

Como exemplos das atividades realizadas, foi organizado em São Paulo no dia 26 um debate que reuniu cerca de 50 pessoas, com a participação de Eduardo Jorge, deputado federal pelo PT, Yuri, do grupo "católicas pelo direito de decidir" e Aparecida Borges (Cidinha), do **PSTU**. No Rio de Janeiro, 50 pessoas participaram no dia 28 de um ato com panfletagem no Posto 9, em Ipanema. O *Coletivo de Mulheres Trabalhadoras de São José dos Campos*, entre várias atividades, fez um abaixo-assinado em defesa da regulamentação do aborto legal.

Esta campanha que se inicia pretende pressionar o Congresso Nacional a aprovar o Projeto de Lei 20/91 (PL 20), com votação prevista para 20 de outubro. O PL 20 nada mais é do que a regulamentação de algo previsto no Código Penal desde 1940: o direito ao aborto em caso de estupro ou risco de vida da gestante. Apesar da lei já existir há 57 anos, apenas oito hospitais públicos no país realizam o aborto.

Esta campanha está sendo organizada pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, composta por mais de 130 grupos de mulheres e núcleos universitários, Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, UNE, CUT e o grupo *Católicas pelo Direito de Decidir* (que está encaminhando uma carta ao Papa João Paulo 2º defendendo este direito).

A próxima atividade organizada pela Rede é o envio ao Congresso de 50 mil postais em defesa do aborto previsto em lei. Além do envio dos postais, é preciso realizar abaixo-assinados através dos sindicatos, associações, DCEs etc, a exemplo do que faz o *Coletivo de Mulheres Trabalhadoras de São José dos Campos.*

Mas assim como as entidades feministas e de classe começam a se organizar, a Igreja Católica também pressiona o Congresso a votar contra a regulamentação e a vinda do Papa ao Brasil, em 2 de outubro, fortalece esta posição. O tema do aborto fará parte dos seus discursos. Por mais que a Igreja tente fazer-se de democrática, sua política em relação aos direitos das mulheres é criminosa. É contra até os métodos anticoncepcionais e o uso da camisinha (inclusive para a prevenção da Aids).

Mas é preciso ir além, pois a campanha pelo direito ao aborto não pode se restringir somente ao que já está previsto em lei. A mulher deve ter o direito de decidir sobre o seu próprio corpo. Há no Brasil mais de 1 milhão de abortos clandestinos por ano; 300 mil mulheres acabam internadas por complicações; 10 mil morrem. Essa é a quarta causa da mortandade das mulheres no país. Pobreza, miséria, desemprego, são as causas que levam as mulheres a fazerem o aborto e a morrerem por falta de atendimento. Legalizar o aborto é defender o direito à vida da mulher.

José Bergamini

Mulheres se organizam em São José

O Coletivo de Mulheres Trabalhadoras de São José dos Campos e Região é composto pelos sindicatos do Vale do Paraíba, interior de São Paulo e pelos partidos PT e **PSTU**.

Ele está desenvolvendo na cidade e região uma campanha pela legalização do aborto, inclusive da PL 20, que estabelece que a rede pública atenda os casos de aborto legal. Este atendimento já foi votado pelas Conferências de Saúde Municipal, Estadual e Nacional.

Além de diversos debates nos sindicatos. A presença do Coletivo é diária nas rádios e jornais locais.

No dia 11, uma das representantes do Coletivo e militante do **PSTU**, Aparecida Borges (Cidinha), em entrevista à TV Bandeirantes regional, colocou que *"não legalizar o aborto no Brasil é continuar de costas viradas para as milhares de mulheres pobres que morrem no nosso país em conseqüência dos abortos realizados com 'curiosas'. É favorecer a indústria clandestina do aborto que lucra milhões às custas das mulheres.*

PSTU
jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92